

ISSN 0870-4147

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

INSTITUTO DE HISTÓRIA ECONÓMICA E SOCIAL

Revista Portuguesa de História

TOMO XXI



COIMBRA/1984

B I B L I O G R A F I A

História Florestal, Aquícola e Cinegética. Colectânea de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo — Chancelarias Reais. Direcção e selecção: C. M. L. Baeta Neves. Transcrição e revisão de provas: Maria Teresa Barbosa Acabado. Compilação, sumários e índices: Maria Luisa Esteves. Ministério da Agricultura e Pescas. Direcção-Geral do Ordenamento e Gestão Florestal. Vols, i (1208-1438), Lisboa, 1980; ii (1439-1481), Lisboa, 1982; m (1481-1493), Lisboa, 1982. 316, 257 e 186 pp.

História Florestal, Aquícola e Cinegética é uma interessante colectânea de documentos onde o Professor C. M. Baeta Neves, com o auxílio das Dras. D. Maria Teresa Acabado (na transcrição e revisão de provas até ao vol. n) e Maria Luisa Esteves (na compilação de sumários e índices) reuniu um conjunto de cartas e diplomas oficiais que regulamentam uma parte significativa da actividade económica portuguesa dos séculos xm-xv.

Na verdade, se pensarmos que durante a primeira dinastia, em especial, aquela se baseou na agricultura, pesca e salinação, teremos que forçosamente consultar este utilíssimo trabalho para completarmos os nossos conhecimentos sobre o citado tema.

Ao longo desta obra perpassam, ante os nossos olhos, centenas de documentos reais do maior interesse e extremamente sugestivos. Citamos alguns exemplos, que, do nosso ponto de vista, nos parecem mais curiosos, merecendo, por isso, uma especial chamada de atenção.

É o que acontece com os diplomas relativos à protecção das florestas. Neles se descobre, não só uma sensata e rigorosa legislação no tocante ao corte de madeiras (doc. 46, p. 77), à utilização da rama das árvores (doc. 29, p. 52) e da sua casca (doc. 55, p. 88), à exploração e uso das matas pelos animais domésticos (doc. 154, p. 143), mas também, e, fazendo inveja a actuais legis-

ladores, à prevenção dos incêndios e aos castigos exemplares destinados aos prevaricadores (doc. 36, p. 63).

No tocante à pesca, podemos observar a preocupação com que se regulamenta o direito à mesma nos rios (doc. 89, p. 111), o de comercialização do pescado (doc. 28, p. 50) e, simultaneamente, temos oportunidade de tomar contacto com o nome de diversas espécies piscícolas, quer de água doce (sável e lampreia (doc. 18, p. 40) eirosoes, enguias, bórdalos (doc. 28, p. 50)), quer de água salgada (polvos, lulas, baleias ^(A), lagostas e outro marisco (doc. 28, p. 50)). Ficamos, igualmente a conhecer curiosos nomes de embarcações usadas na faina: (cus de lobo, naus, baixéis e outras barcas, doc. 44, p. 73), utensilagem empregue na dita actividade (tresmalhos, *amuzellis*, redes, nasas, does. 4 e 129, pp. 27 e 128), processos de conservação do peixe — salga (doc. 2, p. 25) e seca, pela exposição ao sol sobre madeira (doc. 55, p. 88) e até os privilégios outorgados aos pescadores (doc. 55, p. 88).

De igual modo a actividade cinegética está amplamente documentada nesta colectânea, sugerindo-nos, pela quantidade de diplomas apresentados relativos a este tema, o grande cuidado dos monarcas na preservação das espécies, cujos tipos mais frequentes temos possibilidade de conhecer (veado, urso, porco montês, cervo, corço — doc. 17, p. 40 e zebro — doc. 20, p. 41).

Podemos, igualmente, tomar contacto com as aves mais usadas nesta actividade (açor, falcão e gavião — doc. 14, p. 39), com os processos de caça mais frequentes (bestas, cães e furões — doc. 49, p. 79) e com os funcionários régios empregues neste labor.

Acerca destes podemos reconhecer, com facilidade, a preocupação dos monarcas na sua escolha, patente nas cartas de nomeação dos monteiros, as quais especificam que para o cargo se exigem homens idóneos (doc. 152, p. 141) e a particular atenção (diríamos quase carinho régio) dispensada aos seus falcoeiros, cumulando-os de mercês que fazem deles, tendo em conta a época em curso, verdadeiros privilegiados (does. 118 e 119, pp. 122-124 etc.).

No que se refere à parte técnica da obra em análise, e excluindo os problemas relativos a critérios de transcrição (que

P) Considerada aqui como «peixe» que vem de fora: «... alguüis que tragiam pescados de fora conuem a ssaber (...) e baleana gorda e outros muitos peixes...».

são alterados do primeiro para o terceiro volume) e com os quais não concordamos (* * 2), convém salientar outros aspectos ainda dentro deste tema. Trata-se, em primeiro lugar, de algumas falhas de transcrição que se deviam corrigir, atendendo ao espírito aberto para o efeito demonstrado pelos Autores (vol. n, p. 7), quando chamam a atenção para algumas deficiências do anterior. Não pretendemos, nem aqui teria cabimento, citar de forma exaustiva todos os documentos onde encontrámos anomalias. Nuns, trata-se, como dissemos, de erros (nalguns casos desagradáveis) de transcrição. Noutros, são «gralhas» tipográficas que devem ser corrigidas com o aditamento de uma errata, embora contrariemos o que é expresso pelos Autores (vol. n, p. 8), ao afirmarem: «... Outras deficiências existirão, mas por serem de somenos importância ou por não terem sido notadas não lhe é feita referência...».

Para exemplificar o que acabamos de referir diremos, no tocante à primeira questão (e utilizando somente casos tirados do 1.º vol.), que o doc. 1 desdobra a abreviatura *ts.* para *testes*, quando devia ser *testis*, porque se trata do singular.

No doc. 3, a forma correcta é *facimus* e não *facem*, como nele se encontra.

Outro aspecto importante que merece alguma atenção é a diferença entre *domnus* e *dominus*. Ainda que a abreviatura que indica estas duas palavras seja a mesma — *dñs* — o seu desdobramento varia, segundo a função que desempenha: *domnus*, quando adjectivo qualificativo de nome próprio — *domnum Vicentium* e não *dominum Vicentium* (doc. 4), e *dominus*, quando adjectivo qualificativo de nome comum ou substantivo, designando senhor, governador, proprietário (3) — *dominus rex* e não *domnius rex* (doc. 4).

No entanto, pelo exame atento que fizemos da obra e dos respectivos originais (sempre que a eles tivemos acesso), parecemos que, duma maneira geral, as transcrições estão correctas.

(2) Seguimos, por acharmos mais moderno e internacionalmente reconhecido, o critério adoptado por Pe. Avelino de Jesus da Costa nas suas *Normas Gerais de Transcrição de Documentos e Textos Medievais e Modernos*, 2.ª ed., Braga, 1982, p. 7.

(3) Cfr. Pe. Avelino de Jesus da Costa, *ob. cit.*, p. 28.

Relativamente ao segundo aspecto, isto é, o das «gralhas» tipográficas, julgamos, se nos é permitida a sugestão, ser urgente incluir urna errata, sem a qual tão valiosa obra como é esta perderá muito do seu valor pelas deturpações que apresenta e pelos erros a que, eventualmente, poderá induzir o investigador. Vamos exemplificar, usando sempre o i vol. Indicamos primeiro a forma que vem neste tomo, seguida do n.º de doc. onde se encontra, e depois a forma correcta: *quosierit* (doc. 1) *quesierit*; *supir* (doc. 2) *super*; *magistor* (doc. 3) *magister*; *ah hec* (doc. 4) ; *ad hec*; *ali directa* (doc. 4) *alia directa*; *Lormão* (doc. 7) *Lorvão*; *andiuit* (doc. 8) *audiuit*; *productos* (doc. 8) *predictos*; *euangelia* (doc. 8) *euangelia*; *noz* (doc. 34) *uoz*; *comba* (doc. 36) *comha*; *cintinuadamente* (doc. 39) *continuadamente*; *comopre* (doc. 51) *compre*; *peteições* (doc. 51) *petições*; *sesineyros* (doc. 69) *sesmeyros*, etc.

Apesar de os Autores, no vol. i, p. 13, nos chamarem a atenção para «... a falta de transcrição de alguns docs. (...) e ainda o facto de variar o critério por vezes ampliado para englobar documentação referente a áreas de interesse (...) aparentemente mais remoto...», julgamos, contudo, que se ganharia mais com a transcrição integral de documentos inéditos do que com a sua repetição desnecessária, principalmente quando apresentam formulário estereotipado. Assim acontece com todos os diplomas relativos à concessão de privilégios aos besteiros do conto. Neste caso, e noutros semelhantes, sugerimos que se transcreva, na íntegra, o primeiro documento relativo a este assunto (doc. 49) e dos restantes se dê apenas o sumário, remetendo o Jeitor para o inicial.

Relativamente aos sumários dos documentos, louvamos a conversão da data, sempre correcta, mas lamentamos que os mesmos não sejam mais elucidativos do teor global dos diplomas em análise e, principalmente, que não localizem e actualizem, sempre que seja possível, os topónimos. Os documentos lucrariam, igualmente, se fossem acompanhados de aparato crítico.

Por fim, e no que toca à bibliografia, verificamos que foi preocupação dos Autores tentar actualizar o mais possível a lista apresentada no i vol., o qual enfermava, pelo menos, de duas lacunas: o trabalho de A. H. de Oliveira Marques, *Introdução à História da Agricultura em Portugal* e o de Virgínia Rau, *Sesmarias Medievais Portuguesas*. Poderão, no entanto, dar

achegas a esta lista mais duas novas obras. Trata-se de *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, dissertação de doutoramento de Maria Helena da Cruz Coelho, Coimbra, 1983, e da *Chancelaria de D. Pedro I*, dirigida por A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, 1984.

Pelas razões apontadas, e feitas as pequenas correcções sugeridas, julgamos que *História Florestal, Aquícola e Cinegética* é um valioso trabalho, de grande utilidade para o investigador, estando, por isso, de parabéns os seus Autores.

MARIA TERESA NOBRE VELOSO

SEBASTIÃO JOSÉ DE CARVALHO E MELO — *Memórias secretíssimas do Marquês de Pombal e outros escritos*. Publicações Europa-América. «Estudos e documentos», n.º 193. Mem Martins, s. d. (1984). 323 pp.

O liberalismo português, mesmo nas primeiras décadas que se seguiram ao fim da monarquia absoluta, mostrou um singular interesse pela figura de Pombal, pelas suas reformas e os seus escritos. É muito significativo que logo em 1820 tenha sido publicado em Lisboa um volume de *Cartas e outras obras selectas do Marquez de Pombal, Ministro, e Secretario d'Estado do Senhor El-Rei D. José I*, e não o é menos o facto de, até 1861, a obra ter sido largamente aumentada e reeditada quatro vezes.

Os textos impressos eram de diversa natureza, desde cartas e outros papéis políticos, avisos e ordens respeitantes ao terremoto de 1755, apologias das suas reformas escritas pelo próprio Marquês e petições a D. Maria I após a saída do poder, até simples correspondência familiar. A colecção, desordenada e falha de critério, estava cheia de erros e deturpações, a ponto de uma «advertencia» do tomo m da 4.^a edição (Lisboa, 1849) justificar pela ansiedade do público em ler e possuir a obra a «excessiva pressa em dar-se ao Prelo» e a ausência de ordem cronológica, que o editor prometia seguir em futuras reimpressões (p. 7).